

Baixe o App do CRECISP



FISCALIZAÇÃO IDENTIFICA LOTEAMENTOS E CONSTRUÇÕES IRREGULARES EM SÃO LOURENÇO DA SERRA

No último dia 23 de abril, mais uma ação integrada realizada pelo Crecisp, Polícia Militar Ambiental, Secretaria de Meio Ambiente, com apoio de Cetesb, Sabesp, GCM, Enel e Crea-SP revelou diversas irregularidades envolvendo construções e loteamentos clandestinos em áreas de proteção ambiental, no município de São Lourenço da Serra. O objetivo da operação foi combater ocupações e negociações imobiliárias ilegais, garantindo a preservação ambiental e o cumprimento da legislação.

De acordo com o chefe de setor do Departamento de Fiscalização do Conselho, Eliseu Lima, a atividade do Crecisp foi voltada para a repressão à comercialização de imóveis com documentação inadequada. Mas, apesar da iniciativa, não foram encontradas evidências explícitas de envolvimento direto de corretores ou imobiliárias na comercialização dessas áreas.

Entretanto, segundo ele, a fiscalização identificou diversos lotes demarcados dentro de Área de Proteção Permanente (APP), todos em desconformidade com a legislação vigente. Também foram encontradas construções em diferentes estágios, algumas já habitadas e outras ainda desabitadas.

Conforme os agentes da Polícia Militar, a regularização desses terrenos é impossível, considerando os critérios da Lei Federal nº 13.465/2017 e exigências municipais, que deman-



dam uma metragem mínima de 7.500 m². “Diante desse cenário, a operação resultou na remoção de cercamentos para evitar novas ocupações e na demolição de construções desabitadas. As moradias já ocupadas foram preservadas temporariamente, respeitando a presença dos moradores.”, relatou Eliseu.

Para o presidente do Crecisp, José Augusto Viana Neto, a ação reforça o compromisso das autoridades em preservar áreas ambientais e coibir irregularidades imobiliárias. Além das medidas imediatas, as informações obtidas durante a fiscalização servirão de base para novas investigações e intervenções futuras. “A presença do Conselho foi fundamental para garantir que as atividades imobiliárias estejam em conformidade com a legislação vigente, evitando prejuízos aos compradores e protegendo o patrimônio ambiental do município.”, opinou.



TRANQUILIDADE SÓ COM CORRETOR DE IMÓVEIS